

# FLORESTAN FERNANDES Y EL “CAPITALISMO DEPENDIENTE”

## *Florestan Fernandes and “dependent capitalism”*

*Florestan Fernandes e o “capitalismo dependente”*

MARCOS DEL ROIO<sup>1</sup>

Recibido: 20 de abril de 2022.

Corregido: 25 junio de 2022.

Aprobado: 2 agosto de 2022.

### Resumen

Este artículo presenta la contribución del sociólogo brasileño Florestan Fernandes en el ámbito de la teoría de la dependencia, producida durante su exilio en América del Norte. Se basa en tres ensayos presentados en encuentros científicos en el campo de la Sociología que abordan el tema general del “capitalismo dependiente”, con diferentes enfoques y que fueron publicados en Brasil, en 1973, en formato de libro con el título *Capitalismo dependente e classes sociais na America Latina*. El primero trata de los patrones de dominación externa ejercidos sobre América Latina; el segundo intenta presentar la naturaleza del “capitalismo dependiente” y su relación con la constitución de clases sociales; el tercero habla de la inserción del sociólogo en el contexto del “capitalismo dependiente”. El artículo expone las ideas de Florestan Fernandes, intercalando algunas observaciones sobre la metodología utilizada y las implicaciones de las conclusiones ofrecidas. Al final, se presenta una síntesis de las críticas realizadas a la elaboración del sociólogo brasileño, cuyo fulcro es precisamente el límite analítico del funcionalismo estructural retocado con las categorías de Max Weber, concepción teórico-metodológica que envuelve la reflexión sobre la acción política orientada a la revolución socialista, valientemente defendida por el autor.

**Palabras clave:** Capitalismo dependiente, clases sociales, revolución, Sociología, funcionalismo estructural.

<sup>1</sup> Marcos Del Roio é Professor Titular em Ciências Políticas na UNESP – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciência, Membro do Conselho Diretivo da Internacional Gramsci Society Mundial, Presidente do Instituto Astrojildo Pereira, editor da Revista *Novos Rumos*, autor de *Gramsci e a emancipação do subalterno*, editora da UNESP, entre muitos outros títulos. Correo electrónico: delroio@terra.com.br

### Abstract

This article presents a contribution by the Brazilian sociologist Florestan Fernandes in the scope of the dependency theory produced when he was in exile in North America. There are three essays presented at scientific meetings in the field of Sociology that address the general theme of “dependent capitalism”, with different approaches and that were published in Brazil, in 1973, in book format with the title of *dependent capitalism and social classes in America Latin*. The first deals with the patterns of external domination exercised over Latin America; the second tries to present the nature of “dependent capitalism” and its relation to the constitution of social classes; the third talks about the insertion of the sociologist in the context of “dependent capitalism”. The article exposes Florestan Fernandes’ ideas, interspersing some observations about the methodology used and the implications of the conclusions offered. At the end, a synthesis of the criticisms made to the elaboration of the Brazilian sociologist is presented, whose fulcrum is exactly the analytical limit of structural functionalism retouched with Max Weber’s categories, a theoretical-methodological conception that surrounds the reflection on political action aimed at the socialist revolution boldly defended by the author.

**Keywords:** Dependent capitalism, social classes, revolution, Sociology, structural-functionalism.

### Resumo

Este artigo apresenta uma contribuição do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes no âmbito da teoria da dependência produzida quando se encontrava exilado na América do Norte. São três ensaios apresentados em encontros científicos do campo da Sociologia que abordam o tema geral do “capitalismo dependente”, com enfoques diferentes e que foram publicados no Brasil, em 1973, em formato de livro, com o título de *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. O primeiro trata dos padrões de dominação externa exercidos sobre a América Latina; o segundo tenta apresentar a natureza do “capitalismo dependente” e sua relação com a constituição das classes sociais; o terceiro fala da inserção do sociólogo no contexto do “capitalismo dependente”. O artigo expõe as ideias de Florestan Fernandes intercalando algumas observações sobre a metodologia usada e sobre as implicações das conclusões oferecidas. No final é apresentada uma síntese das críticas feitas à elaboração do sociólogo brasileiro, cujo fulcro é exatamente o limite analítico do estrutural funcionalismo retocado com categorias de Max Weber, concepção teórico-metodológica que cerceia a reflexão sobre a ação política voltada à revolução socialista, horizonte defendido com denodo pelo autor.

**Palavras-chave:** Capitalismo dependente, classes sociais, revolução, Sociologia, estrutural-functionalismo.

### Introdução

Desde os anos 50 do século xx, Florestan Fernandes era nome conhecido e respeitado no ambiente ainda muito restrito da Universidade brasileira e, mais em particular, na grande área das Humanidades. Nos anos 60, se

notabilizou também como militante pela ampliação da escola pública e pelo acesso a Universidade, além de notável estudioso da questão do negro brasileiro na sociedade classista racista. O ponto que centralizava as preocupações das ciências sociais no Brasil e em todo o continente era a questão que girava em torno do problema do desenvolvimento / subdesenvolvimento e dependência. Sobre esse problema também a contribuição de Florestan Fernandes foi maiúscula.

O debate fora originalmente pautado pela CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe, organismo criado pela ONU em 1948, que apontava na reforma agrária e na industrialização o caminho a ser trilhado na luta contra o subdesenvolvimento. Nesse caminho, a ruptura com o imperialismo e o papel da burguesia industrial seriam de grande importância para que viesse a se desenvolver um capitalismo autônomo. Nos anos 60, a discussão avançou para formas de contestação dessa tese original. Uma linha, influenciada pela revolução cubana, negava a possibilidade de a burguesia cumprir o papel anti-imperialista e percebia a revolução socialista como meio único de superação da dependência e do subdesenvolvimento. Ruy Mauro Marini e Theotonio dos Santos, entre os marxistas brasileiros podem ser sugeridos como expressão dessa vertente (Marini, 1973; Dos Santos, 1978). Por outra face, apareceu quem afirmasse a possibilidade do desenvolvimento com a manutenção da dependência, desde que a burguesia pudesse redefinir o seu papel na associação com o imperialismo. Nesse caso podemos indicar Fernando Henrique Cardoso como expoente na defesa dessa tese (Cardoso e Faletto, 1969).

A argumentação científica não esconde as diferentes posições políticas, os diferentes projetos históricos. Ambas, contudo, trazem a crítica explícita às interpretações do Partido comunista. Apesar de ser aproximada de maneira forçada à leitura cepalina, na verdade a teoria da revolução brasileira do PCB insistia, desde 1929, que a revolução democrática deveria proceder a reforma agrária e a ruptura com o imperialismo pela ação política coletiva do proletariado industrial, campesinato sem-terra e pequena burguesia urbana. Em alguns momentos foi aventada a hipótese de aliança com fração da burguesia que escolhesse se aliar a essa pretendida frente única nacional popular. A aposta na aliança com setores burgueses ganhou força no PCB desde 1958 e as críticas dentro e fora do partido foram duríssimas, principalmente depois da catástrofe do golpe miliar de 1964, apoiado pelos Estados Unidos, pelo conjunto da burguesia e pequena burguesia. De todo

modo, o que importava na tese do PCB é que no Brasil deveria ser instaurado um capitalismo de Estado (que poderia estar endereçado ao socialismo), no qual a hegemonia estaria em disputa, fosse ou não apregoada a aliança com um setor burguês de ideologia nacionalista (Del Roio, 2012).

A intenção deste artigo, porém, não é expor as diferentes posições político ideológicas que se confrontaram no Brasil e na América Latina em torno da enunciada pauta das ciências sociais e da formulação política de diferentes grupos político sociais. Trata-se sim de observar de forma crítica não mais do que a específica formulação de Florestan Fernandes em determinado momento de sua reflexão sobre certo tema científico, a qual teve indiscutível incidência nas ciências sociais institucionalizadas e também no movimento político de oposição à ditadura militar burguesa que então vigia, em particular aqueles postados mais à esquerda.

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes esteve quase toda vinculada à Universidade de São Paulo, desde os estudos de graduação em Ciências Sociais até a cátedra de Sociologia. Seus estudos tiveram por objeto os indígenas, depois os negros que tinham trabalhadores escravizados como ascendência. Esses estudos foram alimentados pela concepção teórico-metodológica estrutural-funcionalista, bastante difundidas na Antropologia, ainda que na análise da sociedade de classe tenha introduzido também a perspectiva histórica (Fernandes, 2015; Fernandes, 1965). Porém é na análise de Florestan Fernandes sobre o capitalismo dependente que essa orientação metodológica predominante mostra os seus limites e incongruências com a pretensão do militante socialista que o autor pretendia ser. Há que se reconhecer, contudo, que também nessa obra pode ser observado o ecletismo presente no conjunto da obra de Florestan Fernandes.

### **Os padrões externos de dominação**

Logo após o golpe de março de 1964, que instaurou a ditadura militar burguesa, Florestan Fernandes começou a se preocupar mais com um enfoque que levava o tema da revolução burguesa em maior consideração, um tema próprio da tradição comunista. Em 1966 começou o trabalho de interpretação da revolução burguesa no Brasil, mas o intento foi abandonado por falta de estímulo e interlocutores com boa disposição. Não era bem

um tema de boa aceitação na Universidade de São Paulo, que preferia a discussão em torno do chamado “populismo”.

Envolvido com os estudantes e com suas angústias, Florestan Fernandes passou os anos de intensa mobilização contra a ditadura até que foi expulso da Universidade com base no arbitrário Ato Institucional nº5, verdadeiro emblema de ação coercitiva contra a oposição política e contra a cultura nacional. Passou de 1969 a 1972 como professor convidado em Universidades do Canadá e Estados Unidos, período no qual debruçou-se a estudar história das revoluções do século xx, a obra de Lenin e outros autores da tradição marxista. Não se pode deixar de notar que essas revoluções todas ocorreram na zona periférica do capitalismo e da mesma maneira não se pode deixar de notar o início de um deslocamento teórico e ideológico de Florestan Fernandes, cuja reflexão, com o passar do tempo, virá a ter como eixo a questão da emancipação do trabalho (Fernandes, 2005).

Nesse período de exílio, Florestan Fernandes, que se autodefinia sociólogo militante e socialista, parece então ter passado por uma fase de redefinição da sua visão de Brasil e América Latina. A expressão inicial dessa mudança está nos ensaios escritos entre 1969 e 1971 e juntados para compor o livro *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, publicado no Brasil em 1973, pela Zahar Editores (Fernandes, 1973).

Logo na “Explicação prévia” Florestan Fernandes avança que os temas tratados são cortados pela visão que tem da “crise estrutural por que está atravessando a América Latina de nossos dias” e “o dilema do capitalismo dependente” (Fernandes, Florestan 1973, 8). A dramaticidade da situação obriga a uma “interpretação militante” e que ao fim “temos que colocar a problemática humana de nossos países acima da Sociologia” (Fernandes 1973, 9).

A conferência proferida na Universidade de Toronto, em março de 1970, apresentou o enfoque que começava a melhor se desenvolver. As determinações externas iniciam a exposição do autor. Para Florestan Fernandes, “as nações latino-americanas são produtos da ‘expansão da civilização ocidental’, isto é, de um tipo moderno de colonialismo organizado e sistemático” (Fernandes 1973: 11). O desenvolvimento do capitalismo garantiu a persistência da dependência da América Latina em relação às nações que se faziam hegemônicas em diferentes fases, de modo a determinar diferentes padrões de dominação.

O padrão inicial seria o “antigo sistema colonial” no qual os colonizadores estavam submetidos aos monarcas de Portugal e Espanha ao modo de

vassallos. A preservação dos interesses da Coroa e dos colonizadores foi processada “pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços)” (Fernandes 1973, 13).

Quais eram esses padrões ibéricos? Uma explicação indica que seriam padrões de um feudalismo particular definido em zona de fronteira e de conquista de territórios ocupados por árabes. Os conquistadores da parte da península controlada pelos árabes se fizeram nobres e vassallos dos reis cristãos, os conquistados convertidos em servos cristãos. Essa mesma lógica se estendeu às Américas, onde se tentou estabelecer um feudalismo de fronteira expandida (Sodré, 1962; Anderson, 1974).

No entanto, a explicação de Florestan Fernandes segue outra possibilidade e faz uso de categorias da sociologia de Max Weber para observar uma sociedade colonial formada por estamentos e castas, incapaz de sustentar as relações mercantis que demandava. De fato, o capital mercantil tinha também uma externalidade própria, já que se originava e se acumulava em outras partes da Europa, tal como a Holanda. Em seguida França e Inglaterra entraram para disputar as benesses que o comércio colonial oferecia. Em torno do fim do século XVIII, as revoluções burguesas na América do Norte e na Europa, em particular a revolução industrial inglesa, induziram a formação de um novo padrão de dominação externa.

Os originais colonizadores –espanhóis e portugueses– foram descartados e formaram-se Estados dos setores sociais que controlavam internamente a vida econômica colonial, as oligarquias dos descendentes desses mesmos colonizadores. O antigo padrão foi apenas reformado com o estabelecimento de relações diretas entre os dominantes das ex-colônias com a Inglaterra, dona do comércio internacional. Florestan Fernandes identifica esse período como neocolonial e também como de transição. Nessa fase aparecem as possibilidades de acumulação mercantil dentro dos Estados do continente latino-americano, mas isso, por si só, não levaria a região ao capitalismo.

Foi, de novo, o desenvolvimento do capitalismo e sua expansão a redefinir o padrão de dominação externa. O ingresso do capitalismo na fase imperialista ensejou o ingresso dos interesses econômicos dos países dominantes no interior do território e da economia dos países dependentes pela necessidade advinda de exportar capitais. Florestan Fernandes afirma à propósito que “a dominação externa se tornou imperialista, e o capitalismo

dependente surgiu como uma possibilidade histórica na América Latina” (Fernandes 1973, 16).

O que Florestan Fernandes parece afirmar é que o capitalismo dependente surge como uma indução externa, quase que uma imposição do imperialismo às suas necessidades, muito mais do que por ação de forças sociais internas que o colonialismo não fora capaz de gerar. Pelo contrário, os setores dominantes surgidos com o colonialismo se viram reforçadas nos seus interesses vinculados à exportação de bens primários: o arcaísmo ganhava força em vez de se enfraquecer. Por fim, Florestan Fernandes apresenta um quarto padrão de dominação externa, que surgiu com a expansão das grandes empresas corporativas que representam o capitalismo monopolista e que passam a exercer o “controle interno das economias dependentes pelos interesses externos” (Fernandes 1973, 18).

Esse padrão de dominação é identificado como *imperialismo total*, que se caracteriza, com efeito, pela organização interna da dependência e é impeditivo de qualquer desenvolvimento autônomo por iniciativa da burguesia. Assim que pode ser observado que os padrões de dominação e dependência externa induzem transformações adaptativas sobre os países dependentes, de modo a persistir a espoliação da riqueza produzida nesses países e garantir que não ocorra um desenvolvimento capaz de extirpar as mazelas sociais mais escandalosas geradas e acumuladas nos séculos.

Trata-se de um processo de *recolonização* frente ao qual as classes dominantes internas apresentaram a sua capitulação. Como é um processo de dominação fincado no interior significa que se difunde para muito além da força econômica das corporações. A incorporação ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos inclui instituições

Encarregadas de conduzir a política de controle global de finanças, da educação, da pesquisa científica, da inovação tecnológica, dos meios de comunicação em massa, do emprego extranacional das políticas, das forças armadas e mesmo dos governos (Fernandes 1973, 24).

O capitalismo pode se desenvolver, apenas que delimitado por interesses que não são nacionais, que não visam a autonomia e a integração econômico-social. Trata-se de um capitalismo que articula interesses da dominação externa com a dominação interna, que não correspondem às necessidades de combater a miséria e a ignorância das massas. Se a situação é essa a interrogação que decorre é sobre a possibilidade de se alcançar

os objetivos emancipadores da nação e dos trabalhadores, travados pelo nexo da dominação externa / dominação interna, serem alcançados sem que ocorra uma ruptura anticapitalista. Para Florestan Fernandes, portanto, não há possibilidade então de se compor um novo capitalismo no lugar do capitalismo dependente, pois “os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito” (Fernandes 1973, 26).

Numa situação como essa –que aparenta não oferecer saída–, diante do agudizar-se das contradições sociais, Florestan vislumbra duas possibilidades para se romper com esse circuito de dependência e exploração: o nacionalismo revolucionário, uma revolução dentro da ordem conduzida por parcela dos setores dominantes por meio de um capitalismo de Estado, ou então a revolução socialista, uma revolução contra a ordem, produto de uma radical rebelião popular. Há que se notar aqui que Florestan Fernandes observa duas possibilidades para a transformação social, uma que não escapa dos marcos de uma revolução burguesa e outra que implica uma ruptura radical com a ordem social existente, ao modo de uma revolução socialista. Não considera a probabilidade de um nacionalismo revolucionário ser ponto da passagem para a revolução socialista, como, aliás, aconteceu em Cuba.

### Capitalismo e classes

O segundo capítulo do livro ora em análise é constituído pela longa comunicação apresentada no *Seminário sobre os Problemas da conceituação das classes sociais na América Latina*, reunido em Mérida, México, em dezembro de 1971. Nos anos 60/70 ganhou muita difusão na América Latina a chamada teoria do *populismo*. O pressuposto dessa teoria era precisamente aquele de que na América Latina não haveria classes constituídas ou sociedade civil organizada, o que seria o ponto de partida para explicar a relação existente entre liderança carismática e massas populares desorganizadas e manipuláveis. Para Florestan Fernandes, que não aceita essa hipótese, de um ponto de vista abstrato, classes sociais e capitalismo estão entrelaçados intrinsecamente, são componentes de uma mesma realidade social e histórica.



No chamado “capitalismo moderno” as classes sociais têm nitidez expressas na organização social e política-ideológica porque o capitalismo se desenvolveu sobre bases próprias e superou ou incorporou as relações sociais progressas. Florestan Fernandes aqui usa a expressão “capitalismo moderno”, pertencente ao universo conceitual weberiano, para designar o capitalismo vigente nos países imperialistas. A questão sobre a existência ou não de classes sociais na América Latina exige então uma discussão prévia sobre a especificidade do capitalismo formado nessa região, o qual não seria “moderno”, mas “dependente”, um capitalismo de outro tipo.

Em primeiro lugar há que se constatar, segundo Florestan Fernandes, que o capitalismo e a sociedade de classes na América Latina não resultam de uma evolução interna produzida pelas contradições das formas sociais pré-existentes, mas produto sobretudo da dominação externa. Há que se constatar também que por conta da dominação externa, “o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo” (Fernandes 1973, 35).

Assim que se tem é um capitalismo relativamente frágil, cujas classes sociais são mal delineadas e se sobrepõem a uma série de grupos sociais mais ou menos numerosos, que são produto da desagregação ou da sobrevivência de formas sociais anteriores. Há então uma significativa massa popular que ainda não se fez classe. A partir dessa leitura, Florestan conclui que “as insatisfações de uma classe potencial são mais perigosas para uma sociedade de classes em formação e em consolidação, que o querer coletivo de uma ‘classe em si e para si’ numa sociedade de classes plenamente constituída” (Fernandes 1973, 36).

Se a sociedade de classes em formação não consegue conduzir essas massas para o seu interior, terá que conviver com a instabilidade e crise permanentes. Ao fim, Florestan Fernandes quer dizer que a eclosão revolucionária é mais provável nas condições em que o capitalismo e a sociedade de classes não estão plenamente consolidados e há uma massa explorada e oprimida desesperada, que pode se fazer classe no decorrer e depois de um movimento revolucionário. Por estar na América Latina, Cuba é o exemplo citado, mas poderia também ser a China e o Vietnã.

A América Latina tem então características que apresentam um desafio interpretativo para a Sociologia. Mais especificamente é preciso observar se é como a herança da sociologia clássica pode ser redefinida para essa empreitada. Certo que Florestan Fernandes oferece apenas três questões

para fazer, digamos, esse teste. A primeira questão, cuja resposta poderia parecer óbvia, mas enfrentava muitas restrições, era sobre a existência de classes sociais na América Latina.

Assim era porque em vastas regiões do continente, mesmo em áreas urbanas, o núcleo integrado a partir do qual se disseminava o capitalismo era restrito e pouco dinâmico. Maior era a complicação pois que as classes não se reconhecem como tais e se escondem atrás de um véu ideológico arcaico, que fortalece uma visão hierárquica e estamental das relações de classe. A América Latina seria então uma ampla zona com formas sociais pré-capitalistas, que contava com alguns núcleos propriamente capitalistas distantes do “tipo ideal” do “capitalismo moderno”.

Trata-se de reconhecer então a tipicidade do capitalismo, como se objetiva e se irradia na América Latina. A dependência externa determina a objetivação do capitalismo no continente e essa característica impede qualquer “correção” no desenvolvimento da sociedade de classes. A tendência, na verdade, é “a de uma persistência e de um agravamento contínuos da presente ordenação em classes sociais, (...)” (Fernandes 1973, 40).

Essa tendência pode ser identificada na quase impossibilidade de a burguesia falar em nome do Estado-nação e pelo necessário uso da violência explícita na defesa de seus interesses e privilégios, algo bastante diferente da maior parte dos países capitalistas dominantes nos quais a ideologia liberal da nação predominava. Mas na América Latina o resultado só pode ser, em perspectiva, a crescente visibilidade da divisão entre as classes sociais, que pode gerar um forte sentimento anticapitalista.

A dramaticidade do quadro social surge de sua rigidez. A sobrevivência de aspectos e características sociais que o surgimento das classes sociais não conseguiu diluir e a destruição das condições econômicas e políticas, impediram a realização de revoluções nacional burguesas e a implantação de uma sólida ordem social competitiva. Assim é que as classes sociais dominantes ficam recobertas com a caracterização da ordem social hierárquica e estamental pré-capitalista e o moderno sofre um processo de arcaizarão, mesmo com o crescimento industrial e urbano. Nesse passo, para Florestan Fernandes, nem uma revolução dentro da ordem parece ser mais possível, pois haveria o bloqueio das classes proprietárias privilegiadas e as classes despossuídas estão ocupadas no aprendizado de como se fazer a revolução contra a ordem. Dito de outra maneira, não há mais possibilidade de revoluções democrático burguesas e o único caminho é o que leva à revolução socialista.

Se é verdade que há classes sociais na América Latina é preciso explicar por que são frágeis e mal constituídas. A resposta encontra-se, antes de tudo, na tipicidade do capitalismo que surgiu e se desenvolveu na América Latina, mas também na forma e dinamismo das classes até culminar na sociedade de classes constituída como capitalismo dependente. Florestan Fernandes destaca que no capitalismo formado na América Latina, além da obviedade de contar com todos os elementos distintivos do capitalismo em geral, as classes dominantes internas do capitalismo dependente não tem o monopólio do produto da exploração dos trabalhadores, que é compartilhado com as empresas e Estados imperialistas. Trata-se assim de um capitalismo que “possui um componente adicional específico e típico: a acumulação do capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)” (Fernandes 1973, 45).

Florestan Fernandes volta às origens e fundamentos do capitalismo dependente, mas com considerações algo diferentes de quanto havia sustentado no primeiro ensaio. Desta feita Florestan Fernandes parece seguir mais de perto a tese de Caio Prado Jr. sobre o Brasil (Prado 1942; 1966). Fala das “vinculações do antigo sistema colonial com o capitalismo comercial” e de como “a conexão capitalista pura e irredutível da economia colonial procedia do circuito comercial e realizava-se no mercado europeu” (Fernandes 1973, 46). Insiste ainda no “caráter capitalista do empreendimento colonial” e que “o elemento capitalista do mercado colonial era imposto de fora para dentro e realizava-se de fato, através dos dinamismos jurídico-políticos e econômicos dos mercados metropolitanos” (Fernandes 1973, 47).

Em seguida, finalmente, quando chega no processo produtivo da riqueza, começa por reafirmar que:

o elemento capitalista central da economia colonial provinha do comércio colonial interno e externo, o qual impunha formas de apropriação e de expropriação – e, portanto, de acumulação do capital – pré-capitalistas. O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, (...) (Fernandes 1973, 48).

É de se perguntar se o “capitalismo comercial” não é também uma forma pré-capitalista de produção. Sabido que para Marx a acumulação primitiva do capital ocorre dentro de uma forma social e produtiva que não é capitalista, na qual o capital se acumula na circulação de bens. Significa

que capital ainda não se apropriou do processo produtivo da riqueza e da vida social, algo que só ocorre com o surgimento da indústria, das máquinas que produzem máquinas (Marx, 2013). Mais correto seria dizer então que o “sistema de produção colonial”, como chama Florestan Fernandes, nessa ocasião, é parte importante no processo de acumulação primitiva, mas isso não responde a eventual pergunta sobre qual era a natureza desse sistema, a não ser que era colonial (Fernandes 1973, 48). Então é preciso ir mais a fundo e Florestan Fernandes anota então que:

o caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios político-econômicos (Fernandes 1973: 48).

Mas Florestan Fernandes se apressa em dizer que tal sistema de produção não era feudal, pois que no contexto histórico do colonialismo “o feudalismo seria uma aberração regressiva” (Fernandes 1973, 48). Anteriormente, dentro do universo weberiano, Florestan havia visto a América Latina colonial como um conjunto de sociedades estamentais e de casta sem capacidade de se desenvolver autonomamente, que sem dúvida poderiam ser chamadas de regressivas, mesmo assim adaptadas das estruturas sociais ibéricas. Pode ser importante lembrar que na dialética crítica elaborada por Nelson Werneck Sodré, de fato teria havido um feudalismo no Brasil e de caráter efetivamente regressivo, mas não como uma aberração, mas como fenômeno decerto explicável dentro do contexto colonial (Sodré, 1962).

## **O capitalismo dependente e o poder dual**

Na sequência de sua reflexão, Florestan Fernandes observa que a “revolução política” que teria redundado na fundação dos Estados nacionais na América Latina não foram mais do que “uma autêntica depuração consolidadora das estruturas econômicas e sociais herdadas da sociedade colonial” (Fernandes 1973, 49) e o início de uma fase de transição identificada como neocolonial. Florestan Fernandes prefere não tratar especificamente dessa fase para logo adentrar na discussão da formação do “mercado capitalista moderno”.

O “mercado capitalista moderno” surge na América Latina quando esse se internaliza e assim se forma um mercado com dois polos interligados, que se retroalimentam, mas sempre em maior benefício do polo externo. O surgimento de um mercado interno resulta da expansão do mercado mundial, sem que haja alterações de fundo na forma social neocolonial. O capitalismo se instala e se adequa aos interstícios da ordem já existente, sem desagregá-la.

O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ela continua entrando no espírito dos agentes econômicos externos ou internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória (Fernandes 1973, 51).

Decerto é de se provocar perplexidade essa formulação e a que se segue. O que é o espírito dos agentes econômicos com mentalidade especulativa predatória? Apenas se sabe, na sequência, que esses agentes com tal mentalidade são o “produtor rural”, o grande e pequeno comerciante e o trabalhador assalariado. Com eles a mercantilização se reabilita e se converte em “fator da racionalidade”. Assim que “a ‘revolução burguesa’ se desenrola com um dado da estrutura, não como processo histórico” (Fernandes 1973, 52). Aqui se reproduz a pouca conta em que Florestan Fernandes considera as classes e os grupos sociais como agentes da História. Nota-se também a presença de elementos teórico metodológicos advindos de Weber e do estrutural-funcionalismo.

A revolução burguesa ocorre pela interação e pelo dinamismo que procede de fora e provoca um fraco dinamismo capitalista interno. O impacto externo é a constante de todo o processo dessa interação, cujo momento culminante –o qual apenas alguns países da América Latina alcançam– se mostra na aceleração da revolução industrial. Mas o capitalismo dependente tem nessa dualidade a sua tipicidade, daí ter uma lógica econômica própria, que implica sobre a apropriação capitalista. Essa lógica econômica, por sua vez, decorre do predomínio permanente do polo externo, situação aceita pelo polo interno também como vantajosa. Pode-se então dizer que as classes dominantes internas se beneficiam com a aliança subalterna assumida com os interesses do núcleo imperialista do capitalismo mundial, às custas do interesse na construção de um povo/nação.

A burguesia no capitalismo dependente se origina das oligarquias e se apresenta como uma burguesia compósita e plutocrática. Essas suas

características impõem limites estruturais difíceis de serem rompidos: a dificuldade de incorporar os trabalhadores na vida civil e a dificuldade de apresentar melhores condições de negociação com o polo externo.

As tentativas de construção da hegemonia burguesa no capitalismo dependente falharam exatamente por não terem rompido com o polo externo dinâmico e assim terem tido de se adequar mais uma vez ao movimento externo. A única forma da burguesia se realizar como classe e impor a sua hegemonia é preservando a aliança entre os polos interno e externo.

Mesmo tentativas de realização de uma hegemonia de classe por parte da burguesia, como nos exemplos do México e da Argentina, fracassaram, pois não tiveram como resistir ao movimento externo de evolução do capitalismo, sem que apelasse para o respaldo das massas populares, o que acarretaria o risco iminente de uma revolução contra a ordem. Não deixa de ser curioso que Florestan Fernandes não cite o caso da burguesia brasileira e seu intento de conquista da hegemonia, mesmo que também tenha cedido à determinação do polo externo, ao imperialismo. Problema de importância que Florestan Fernandes não faz referência –talvez por não fazer parte das preocupações centrais do encontro científico para o qual escreveu o texto– é que as tentativas de construção da hegemonia burguesa nesses três países apenas citados passaram pela imposição do corporativismo à classe operária.

Florestan Fernandes também não diz explicitamente, mas é óbvio que a hegemonia burguesa no capitalismo dependente só pode ser débil e ter que contar muito com a violência do Estado (mas também com a violência privada). Essa passagem do texto, que se refere ao tema da hegemonia é a única que incorpora claramente um problema ao universo teórico do marxismo, mesmo que não haja referência explícita a Lenin ou Gramsci. Ainda que toda a discussão em torno de capitalismo, classes e revolução burguesa sejam problemas postos pelo marxismo, permitem também outras abordagens teóricas. Não se trata, porém, de tema a ser discutido aqui. Enfim, na luta da burguesia pela conquista da hegemonia de classe,

os polos dinâmicos internos revelam sua importância para a existência, a continuidade e mesmo o aperfeiçoamento do capitalismo dependente. A revolução burguesa, na América Latina, prende-se a condições estruturais e a ritmos históricos que fazem dela o pivô da associação dependente e das sucessivas transições que rearticulam a organização e o funcionamento das economias nacionais latino-americanas às evoluções externas do capitalismo (Fernandes 1973, 59).

Nesse processo de permanente adaptação do capitalismo dependente à evolução do polo dominante do capitalismo, o Estado cumpre um papel essencial, um papel ao fim e ao cabo antinacional e antipopular, mas que conduz à uma sociedade de classes. Essa é uma característica estrutural do “capitalismo dependente” como variante do tipo “capitalismo moderno”.

Florestan Fernandes se apressa a rebater a crítica sobre possível dualismo na interpretação que apresenta. O capitalismo moderno original apresenta certo tipo de modernidade, certo tipo de racionalidade que se expressa na ordem social competitiva, com classes e Estado correspondentes. No capitalismo dependente da América Latina a modernidade é outra, a racionalidade é outra, já que é inviável a generalização da ordem social competitiva. Assim que permanece uma sorte de superexploração do trabalho e colonialismo interno destinado àqueles que não conseguem se inserir na ordem social competitiva e em suas classes sociais. Nessas condições também o Estado tem que adquirir uma diferente faceta, uma permanente tendência a formas ditatoriais e no capitalismo dependente maduro, que para Florestan Fernandes já se apresentava naquele começo de anos 70, essa tendência se agravava tanto a apresentar formas de poder político análogas ao fascismo. Para a América Latina,

Nesse contexto histórico, surgem as duas respostas imediatas às exigências históricas. Uma, alimentada pela intenção de destruir, simultaneamente, a dependência e o capitalismo; outra, condicionada pela aspiração de refundir a dependência, agora formulada, pela superpotência hegemônica, como uma forma de ‘interdependência’ e uma ‘nova fronteira histórica’ na conquista da liberdade (Fernandes 1973, 65).

Nessa passagem fica evidente as duas linhas interpretativas do problema da dependência presentes no debate: a primeira, que tinha em Florestan Fernandes um nome de destaque e a segunda, que encontrava um pró-cere em Fernando Henrique Cardoso. A primeira resposta é a revolução socialista e a segunda é a internalização do imperialismo, momento que a condução do processo de industrialização passa diretamente das mãos da burguesia nacional para as grandes corporações internacionais. É dessa maneira que a América Latina encontra a sua modernidade, “sob condições econômicas, sociais e políticas perturbadoras” (Fernandes 1973, 66).

Há que se considerar que na América Latina as sociedades não podem ser ditas “tradicionais” e menos ainda de sociedade de baixo dinamismo.

Existe um dinamismo notável voltado para o aperfeiçoamento do capitalismo dependente, que não provem exclusivamente do polo externo, nem do polo interno, mas por uma combinação entre ambos. O desenvolvimento induzido desde fora deve encontrar grupos em condições de assimilar novas técnicas e de manter o controle da vida social e política.

Na análise da sociedade de classes organizada no capitalismo dependente, Florestan Fernandes faz uso basicamente das categorias weberianas para descrever o período pré-capitalista e do método histórico estrutural para o capitalismo dependente propriamente dito. Mostra como mesmo o desenvolvimento do polo interno –industrialização, urbanização, novas tecnologias–, mantida a forma dual de dominação,

a evolução do capitalismo não conduz, nessas condições, da dependência a autonomização, mas à consolidação e ao crescente aperfeiçoamento de uma ordem social competitiva capaz de ajustar o desenvolvimento capitalista a formas ultra espoliativas de dominação econômica (interna e externa) e de exploração do trabalho (Fernandes 1973, 76).

Significa então que a dinâmica do capitalismo dependente aponta para sua constante renovação e transformação desde que mantida a forma dual de exploração atuada por um polo externo de dominação articulado com o polo interno de dominação. A dinâmica da transformação, porém, é determinada pelo polo externo. A articulação externa / interna explica a concentração crescente da riqueza e a mercantilização do trabalho, mantendo alheia fora da ordem social competitiva amplas massas de trabalhadores. O dinamismo do capitalismo dependente leva inevitavelmente a configuração da sociedade de classes, de modo que os dominados acabam também eles por se constituir em classe, ainda que dentro da ordem. Mesmo as revoluções dentro da ordem ocorrem para manter o capitalismo dependente e assim perdem sua eventual significação para as classes despossuídas.

Essa situação explica a necessidade da superexploração e explica também que o dinamismo dessa sociedade de classes é incapaz de promover a ruptura da dependência, apenas pode conduzir uma revolução dentro da ordem, que aperfeiçoe o capitalismo dependente. Somente uma “revolução contra a ordem”, em função antiburguesa e anticapitalista pode transpor o capitalismo dependente. Diz Florestan Fernandes a esse propósito: “Só a ‘revolução contra a ordem’, negadora ao mesmo tempo da dependência,



do subdesenvolvimento e do capitalismo, oferece uma alternativa real ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista” (Fernandes 1973, 89).

Com nítida perspectiva estrutural-funcionalista, Florestan Fernandes arremata:

Como sucede com os fatos de estrutura, os fatos de funcionamento e de evolução sugerem que uma ordem social competitiva fraca não possui condições para coordenar as transformações críticas do sistema de produção capitalista, da sociedade de classes e da civilização científico-tecnológica. Inibindo todas as influências, exceto as que procedem do tope e combinam a mudança socioeconômica, cultural e política à preservação mais ou menos rígida de privilégios de classes, ela só deixa uma porta aberta à superação do subdesenvolvimento: a revolução socialista (Fernandes 1973, 89).

A ordem social competitiva, na América Latina, tem origem na dominação oligárquica, de sua transformação induzida pelo polo externo. A sua preocupação é aquela de preservar os privilégios e vantagens das classes dominantes, que persistem e se adequam aos interesses do polo externo de dominação. Florestan Fernandes esclarece que o:

domínio autocrático das estruturas econômicas, socioculturais e políticas, nas origens mais remotas da ordem social competitiva temos uma oligarquia que monopolizava o poder sem maiores riscos e que se aburguesou sem compartilhar quaisquer dos seus privilégios com a ‘ralé’ ou o ‘populacho’ (Fernandes 1973, 92).

Entende-se, portanto, que a questão do poder político é da maior importância no capitalismo dependente por conta de ser monopólio das classes dominantes. A necessidade de se adequar o poder e as instituições às demandas do poder externo e ao mesmo tempo preservar o poder interno gera intensa instabilidade institucional, com sobreposição de elementos democráticos, autoritários e autocráticos. Assim que as superestruturas políticas ganham grande proeminência na medida em que se desenvolve o capitalismo dependente.

De fato, a ordem social competitiva do capitalismo dependente é exclusiva das classes possuidoras. As classes dominadas têm baixíssima capacidade de influenciar a ordem social competitiva por conta de sua debilidade organizativa. Eventual atividade disruptiva tende a ser facilmente reprimida pela ação policial ou militar. Nessas condições uma democracia

liberal burguesa orientada por uma Constituição se mostra inviável. Decorre então a pergunta sobre o padrão de hegemonia burguesa que se apresenta na América Latina.

A hegemonia burguesa, segundo Florestan Fernandes, é de caráter composito, origina-se do aburguesamento das oligarquias, aburguesamento que alcançou a burguesia propriamente dita, mas também as camadas médias. Trata-se de uma hegemonia burguesa conglomerada na qual predomina a plutocracia, o que indica “o que é compartilhado em comum e se erige em base do super privilegiamento de classe, que é o poder fundado na riqueza, na disposição de bens e na capacidade de especular com dinheiro (ou com o crédito)” (Fernandes 1973, 108).

Essa hegemonia burguesa foi em certa medida construída pelo Estado, mas para Florestan Fernandes, esse é mais que um Estado burguês, é um condutor da revolução burguesa ao atualizar estruturas e instituições do poder que incidem na economia, uma revolução que preserva a ordem, orientada pelos intelectuais conservadores. Assim, além da concentração da riqueza social ocorre também uma concentração de poder ainda maior.

No momento em que se completa a revolução burguesa o polo exterior, o capitalismo monopolista imperialista, se internaliza e cria uma condição simétrica ao antigo padrão colonial e desse modo “as classes privilegiadas reestabeleceram o pacto com um padrão de desenvolvimento capitalista, que reproduz a dependência e o subdesenvolvimento” (Fernandes 1973, 113). O polo interno adapta a ordem social competitiva às novas condições com o reforçamento das instâncias repressivas do Estado, sempre com o fito de manter os privilégios das classes “altas” e a superexploração do trabalho. Assim é que se completa a revolução burguesa, não com o discurso da liberdade e igualdade, mas com a defesa aguerrida dos privilégios da burguesia associada ao imperialismo. Os problemas da revolução burguesa original –a questão nacional, a questão da terra, a questão da democracia– passa às mãos dos explorados pelo capital, que só podem resolvê-las na revolução socialista.

Esse segundo ensaio é o único que mostra ampla bibliografia de referência. Percebe-se a presença de muitos autores hispano-americanos, alguns brasileiros, apenas Caio Prado Jr. como notório marxista. Nem mesmo os chamados clássicos da Sociologia aparecem. Nesses ensaios e em muitos outros, Florestan Fernandes não faz citações ou referências bibliográficas, o que dificulta a compreensão de seus textos e obriga o leitor ou o intérprete a fazer inferências muitas vezes arriscadas, a menos que

venha a extrapolar a análise para outros textos do autor e assim se desviar dos objetivos traçados para esse momento.

### A questão dos intelectuais

O terceiro texto do livro foi escrito em abril de 1970, e apresentado no *Congresso Latino-Americano de Sociologia*, realizado em Santiago do Chile. Decerto trata-se de um escrito da maior importância no qual Florestan Fernandes questiona a lugar e a papel dos intelectuais, da Sociologia e dele mesmo num contexto de crise e de mudança social.

Por suposto, Florestan Fernandes reconhece que a Sociologia surge nos países hegemônicos do capitalismo com uma função de estabilização da ordem, constrói métodos e conceitos e se difunde para outros países. A questão que se coloca é como essa Sociologia, receptada em países dependentes, como os da América Latina, também contribui para a defesa da ordem social competitiva. Intelectuais em sentido amplo, incluindo sociólogos, que trabalham inseridos em instituições apropriadas para a preservação ou mudanças dentro da ordem dentro dos polos de poder político econômico característicos do capitalismo dependente. Assim que há um campo ideológico unificado, mesmo que distinto, em ambos os polos do padrão de dominação.

A Sociologia aparece como "serva do poder" no capitalismo moderno, mas também no capitalismo dependente e a Universidade, uma instituição impregnada pelos condicionantes de uma sociedade na qual o conservadorismo predomina, neutraliza o potencial do pensamento crítico. A Sociologia na América Latina deve analisar uma realidade expressa por,

um capitalismo originalmente superposto a um sistema de produção colonial e que só ganhou maturidade e impulso histórico através dos dinamismos externos e internos do 'capitalismo industrial' e do 'capitalismo monopolista, na Europa e nos Estados Unidos (Fernandes 1973, 128).

Florestan Fernandes explicita mais essa sua concepção ao afirmar que se trata de

um capitalismo organizado para absorver e preservar a dominação externa. A hegemonia burguesa contém e exprime, em consequência, uma composição de

classes e dinâmicos econômicos sociais e políticos, nos quais interesses de classes externos, variavelmente extra ou antinacionais concorrem para determinar a 'evolução histórica possível' (Fernandes 1973, 129).

No período de conclusão da revolução burguesa no capitalismo dependente ocorre também a internalização do polo de dominação externo, numa reprodução mimética do antigo padrão colonial. Esse movimento induz um processo de "modernização dependente", que não passa de nova adequação da dependência.

Para a Sociologia, para o conjunto das Ciências Sociais, para os cientistas a questão que se coloca é sobre a possibilidade da autonomização do desenvolvimento. Ora, para Florestan Fernandes há certa obviedade na assertiva de que no capitalismo dependente também a produção científica e tecnológica, assim como seus usos, encontram-se limitados pela situação de dependência. A organização e o financiamento da ciência ficam condicionados aos interesses, em última instância, do capital financeiro transnacional. Da mesma maneira a educação e a cultura na sua materialidade. Mas:

para se manter a possibilidade de autonomização relativa, é necessário um largo e intenso intercâmbio com certos países científica e tecnologicamente mais avançados. Portanto, o contrapeso da permanente e considerável influência externa deve ser encontrado em identificações e valores que combinem a absorção de conhecimentos, técnicas de investigação e talentos importados com uma forte intensificação da produção original. Poder-se-ia dizer que os meios são trazidos de fora; suas combinações e produtos são determinados a partir de dentro (Fernandes 1973, 139).

O risco é que os intelectuais e cientistas que se beneficiam do intercâmbio se façam delegados das instituições dos países hegemônicos onde foram recebidos, em vez de angariar conhecimentos a serem aplicados e difundidos na país de origem para fortalecer a produção original e própria. Um processo da autonomização a partir da modernização dependente não parece ser possível, na acepção de Florestan Fernandes, ainda que essa ideia seja bastante difundida. Haveria a necessidade de uma política nacional de governo que estabelecesse esse objetivo, o que seria o caminho de um nacionalismo democrático revolucionário. Acontece que a preservação de laços com os centros hegemônicos tende a ficar difícil até o ponto de haver uma limitação muito grande de transferência de ciência e tecnologia.

O enfrentamento dessa dificuldade implica um investimento grande na produção científica nacional, seguindo os interesses e necessidades nacionais e alterando as relações internacionais, com privilegiamento de países que entraram nessa senda de produção científica e tecnológica autônoma.

A Sociologia pode colaborar nesse processo de autonomização nacional? A resposta é positiva com a ressalva de vir a ser apenas uma importância instrumental,

e só adquire eficácia prática quando os conhecimentos sociológicos são absorvidos e dinamizados por comportamentos coletivos que desencadeiam, reforçam e consolidam mudanças sociais de natureza revolucionária (como “revolução dentro da ordem” ou como “revolução contra a ordem”) (Fernandes 1973, 141).

A Sociologia, nos países hegemônicos, no momento em que Florestan Fernandes produz esses seus estudos, se ocupa da “modernização”. O sociólogo brasileiro observa o caráter abstrato desses estudos e sua colaboração com os processos de “modernização” na América Latina, os quais não passam de processos de adequação do capitalismo dependente às novas condições criadas pela evolução do capitalismo hegemônico. A modernização começa então como um processo imposto de fora e voltado para a acentuação da dependência dos povos frente aos centros hegemônicos do grande capital até que se torne inevitável.

Cabe então à Sociologia dos países submetidos servir a uma inversão do processo de modernização, fazê-lo um movimento interno com vistas voltadas para a emancipação nacional e social. Mas é tão evidente que os sociólogos não podem ser eles mesmos os atores da mudança social, quanto é óbvio que não podem ficar alheios às transformações em andamento. O sociólogo tem que tomar partido, dado que a opção pela neutralidade não existe. Deve tornar partido pela autonomização cultural, a qual “antes de objetivar-se como processo histórico, aparece como um momento teórico da consciência crítica” (Fernandes 1973, 143).

Florestan Fernandes entende que o sociólogo não pode escapar de se postar ao lado do capitalismo ou do socialismo como perspectiva histórica, mas seria essa uma escolha particularmente difícil na América Latina ao se considerar que são duas as revoluções em andamento e que se sobrepõem uma à outra. Pode-se dizer que a revolução nacional é uma tarefa a ser cumprida pela burguesia, mas ocorre que ao vincular-se ao domínio

externo em defesa de seus acentuados privilégios, a burguesia da América Latina abandonou essa agenda, cuja solução ficou por conta da revolução socialista. Da mesma maneira a questão da democracia: uma democracia burguesa não se efetiva por conta da natureza da hegemonia burguesa existente, “uma hegemonia burguesa duplamente composta, graças a qual interesses burgueses internos e externos se fundem, funcionando estrutural e dinamicamente de forma interdependente e articulada” (Fernandes1973, 146).

Ao sociólogo que estuda a mudança social na América Latina cabe se envolver na mudança social, cabe apontar um horizonte e contribuir para que se realize. Vistos os limites enormes da revolução burguesa e da hegemonia burguesa, só cabe ao sociólogo vislumbrar um horizonte socialista, no qual os problemas históricos da nação e da democracia se realizem em um patamar que vai além do capitalismo. Mas deve estar claro que não é o sociólogo que detona a processo de mudança, é a própria sociedade.

Com a mudança social na direção de uma revolução, seja dentro da ordem ou contra a ordem, aparece a possibilidade da ciência e da tecnologia contribuírem no processo de modo mais efetivo e militante. De outra maneira, ciência e tecnologia serão uteis apenas para apertar os grilhões que amarram a nação e as classes exploradas. Num primeiro momento é importante haver uma direção política que mude a função da ciência e da tecnologia e suas relações com a economia e a cultura, para que haja um desenvolvimento científico e tecnológico substantivo. Se isso não acontecer o que se estabelece é uma relação circular na qual a dependência limita a ciência e a ciência serve apenas para reproduzir a dependência.

A situação do sociólogo é ingrata: a sua contribuição com a eclosão do processo revolucionário é muito pequena devido mesmo à forma abstrata e genérica do conhecimento que produz, mas pode ser bem mais útil na construção de uma nova ordem revolucionária. Essa ideia angustiante de Florestan mostra mais uma vez que o seu enquadramento teórico mante amarrado o intelectual revolucionário –que se esforça para ser–, sem clara visão da perspectiva da práxis derivada da dialética revolucionária originada em Marx. Por isso que Florestan Fernandes concebe uma dualidade entre o intelectual militante da Sociologia, de uma Sociologia crítica e socialista e o intelectual militante revolucionário envolvido em alguma organização política.

Florestan Fernandes termina a sua exposição sobre a relação entre Sociologia e revolução afirmando que,

só existe um meio de projetar a Sociologia, como ciência, nas eclosões revolucionárias nesses países. Consiste em alimentar os processos de revolução social com conhecimentos sociológicos objetivos e críticos, capazes de aumentar (e não destruir) a eficácia política dos grupos e das classes sociais empenhados na transformação revolucionária das sociedades latino-americanas (Fernandes 1973, 157).

Assim que Florestan Fernandes, ao concluir que a revolução na América Latina só pode ser uma revolução socialista, passa a associar a sociologia crítica e militante do socialismo como caminho necessário para a emancipação dos povos América Latina. A Sociologia, quer faça uso da análise estrutural funcionalista ou da dialética, “se converte numa ciência dos processos histórico-sociais in flux” (Fernandes, Florestan 1973, 156).

## Conclusão

Ao se completar a análise desses três ensaios de Florestan Fernandes algumas poucas conclusões parecem certas. Mais do que antes Florestan Fernandes se fez o sociólogo crítico, militante, socialista, um homem de partido no sentido de alguém que está do lado e ao lado das massas desvalidas e exploradas, mas o seu partido continua a ser a Sociologia encastelada na Universidade e em outras instituições científicas. O seu entendimento era de que a América Latina entrava nos anos 70 numa situação revolucionária, ainda que vivesse sob regimes ditatoriais dos mais repressivos. Na verdade, seria essa a demonstração da situação revolucionária.

A conclusão da revolução burguesa na fase do capitalismo monopolista, com a internalização do capital financeiro levava à exacerbação da autocracia burguesa e a saída viável não era outra que a revolução socialista. Sobre esse ponto Florestan chega a ser contraditório, pois às vezes aceita a viabilidade de uma revolução nacionalista que implantaria alguma variante de capitalismo de Estado. Chama muito atenção que Florestan Fernandes tenha feito essa avaliação basicamente por meio de análise estrutural funcionalista com verniz weberiano, ainda que a perspectiva histórica sempre tenha estado presente. As referências à dialética ou ao marxismo são apenas incidentais.

A apaixonada interpretação da realidade da América Latina que Florestan Fernandes expõe nesses três ensaios, aqui descritos e analisados,

estão decerto sujeitos a crítica, crítica essa que alcança quase toda a teoria da dependência, como exemplarmente feita por Agustín Cueva, em 1974, quando publicou *Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia*. Um problema de fundo, especificamente presente nos escritos de Florestan Fernandes, pode ser visto na caracterização de “capitalismo dependente”, que aparece como que contando com uma lógica histórica própria, diferente do capitalismo que se desenvolveu na Europa e Estados Unidos. Não se trata de uma particularidade, como o capitalismo inglês se diferencia do russo ou do japonês, mas de uma singularidade, um tipo, algo próprio e exclusivo da América Latina, outro capitalismo. A singularidade está determinada por uma relação externa, pelo domínio político e econômico postado no exterior, num outro capitalismo, o que implica que as leis do capitalismo funcionam com uma variação importante que é a sobre exploração da força de trabalho, extorquida pela classe dominante interna e pela classe dominante externa. A dominação dual denota uma exploração potencializada.

Essa abordagem estrutural indica que a relação de dominação externa é permanente e determinante nas transformações históricas do continente. Florestan se aproxima da leitura de Caio Prado Jr., mesmo que de outra perspectiva teórica, de enfatizar a relação externa e mais especificamente a questão da circulação de produtos entre dois polos desiguais como elemento da acumulação original do capital. Com isso a questão da natureza da forma social interna é deixada em segundo plano, senão acantonada. Florestan faz uso de categorias analíticas de Max Weber para enquadrar a América Latina: castas, estamentos, patrimonialismo. São categorias concebidas para analisar singularidades, que incluiriam aquilo que outras vertentes teóricas, inclusive o marxismo, entendem como feudalismo.

Outro problema que pode ser anotado na elaboração de Florestan Fernandes é que a luta de classes não é considerada e a constituição das classes sociais no capitalismo dependente são também um movimento de adequação às mudanças ocorridas no polo dominante externo. A luta das classes subalternas na resistência a exploração, a ação na construção de suas organizações, as manifestações em defesa de direitos, tudo que faz a classe se constituir em movimento social e político está ausente. O mesmo vale para a burguesia, a sua luta pelo estabelecimento da ordem social competitiva, pela industrialização e pelo Estado liberal é bastante reduzida, assim como as lutas para garantir maior autonomia frente ao



polo externo de dominação. A abordagem de viés estrutural funcionalista aplicada a uma singularidade tende então a subestimar as contradições que movimentam a forma social e a ignorar a subjetividade organizada dos grupos e classes sociais.

Uma última observação crítica a ser considerada é relativa à questão dos intelectuais, ao sociólogo em particular. Florestan faz uma releitura da concepção de intelectual oferecida por Karl Mannheim (1956), que entendia constituírem os intelectuais, os cientistas, uma camada social autônoma, mas que poderia contribuir no planejamento e nas políticas sociais. No capitalismo dependente, para Florestan Fernandes, os intelectuais também poderiam cumprir essa função, com a diferença que deveriam se envolver no processo de transformação social, em uma revolução dentro da ordem ou contra a ordem. A conclusão a que se chega é que a interpretação de Florestan sobre a América Latina é tendencialmente sociologista e dela não se pode apanhar uma orientação para a ação política revolucionária, ainda que muitas vezes seja indicada a necessidade da revolução socialista.

Na sua volta ao Brasil, Florestan Fernandes, retoma os estudos interpretativos sobre a revolução burguesa no Brasil e apresenta, no fim de 1974, o livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, lançado também pela Zahar editores. Não é difícil notar as diferenças entre os primeiros capítulos, escritos ainda nos anos 60 e a terceira parte, que trazia ecos do exílio. No prefácio à segunda edição desse livro (Fernandes 1976, 7), escrita em março de 1976, Florestan mostra outra leitura da época colonial, agora vista como dominada pelo modo de produção escravista. A partir dessa constatação aparece a pergunta sobre o papel da escravidão na acumulação originária do capital no Brasil. O enfoque teórico já não é tanto o estruturalismo funcional e é bastante visível o empenho para se fazer uma análise de cunho marxista, ainda que os traços da Sociologia clássica weberiana persistam acentuados. Outro caminho começava a ser trilhado.

## Bibliografia

- Anderson, Perry. 1974. *Lineages of the Absolutist State*, Inglaterra: Verso Edition.
- Cardoso, Fernando Henrique y Enzo Faletto. 1969. *Desarrollo y dependencia en América Latina*, México: Siglo XXI.

- Cueva, Agustin. 2008. "Problemas e vigência da teoria da dependencian". *Entre la ira y la esperanza y otros ensayos de crítica latino-american* (segunda edição), Colombia: Siglo del Hombre editores.
- Cueva, Agustin. 1983. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*, Brasil: Global Editora.
- Del Roio, Marcos. 2012. "O PCB e a estratégia da revolução brasileira". *Novos Temas*, núm 7, pp. 217-235. Brasil.
- Dos Santos, Theotonio. 1978. *Imperialismo y dependência*, México: Ediciones Era.
- Fernandes, Florestan. 2015. *A função social da guerra na sociedade tupi-nambá* (segunda edição), Brasil: Editora Contracorrente.
- Fernandes, Florestan. 1976. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (segunda edição), Brasil: Zahar editores.
- Fernandes, Florestan. 1965. *A integração do negro na sociedade de classes*, Brasil: Dominus Editora.
- Fernandes, Florestan. 1973. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Brasil: Zahar Editores.
- Fernandes, Heloisa 2005. "Chaves do exílio e portas da esperança". *Cadernos de Ciências Sociais*, Brasil: FAFIL.
- Mannheim, Karl. 1956. *Ideologia e Utopia*, Brasil: Editora Globo.
- Marini, Ruy Mauro. 1969. *Subdesarrollo y revolución*, México: Siglo XXI.
- Marx, Karl. 2013. *O capital I*, Brasil: Boitempo editorial.
- Prado Jr., Caio. 1942. *Formação do Brasil Contemporâneo*, Brasil: Editora Brasiliense.
- Prado Jr., Caio. 1966. *A revolução brasileira*, Brasil: Editora Brasiliense.
- Sodré, Nelson Werneck. 1962. *Formação histórica do Brasil*, Brasil: Editora Civilização Brasileira.